

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
------------------	----

PARTE I

LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1	NORMAS DE COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	33
1.1	Regramento Constitucional.....	33
1.2	Regramento Convencional	36
1.2.1	Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (OEA).....	37
1.2.2	Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE).....	39
1.2.3	Convenção das Nações Unidas de Combate à Corrupção (Convenção de Mérida – ONU).....	41
1.3	Regramento Infraconstitucional.....	44
2.	LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	45
3.	REFERENCIAIS HERMENÊUTICOS FUNDAMENTAIS.....	49
3.1	Conceito de improbidade administrativa	50
3.2	A defesa da probidade administrativa como um interesse difuso	57
3.3	Alocação da LIA no Microssistema de Tutela Coletiva	60
3.4	O status normativo das Convenções de Combate à Corrupção.....	67
3.5	Os princípios constitucionais do Direito Administrativo Sancionador	74
4.	A APLICAÇÃO DA LEI 8.429/1992 NO TEMPO	79

4.1	Retroatividade das normas mais benéficas inseridas na LIA pela Lei 14.230/2021.....	81
5.	SUJEITOS DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	87
5.1	Sujeito passivo.....	87
5.1.1	Sindicatos.....	91
5.1.2	Concessionárias e permissionárias de serviço público (concessões comuns e especiais).....	91
5.1.3	Consórcios públicos	92
5.1.4	Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional	93
5.1.5	Partidos políticos.....	94
5.1.6	OAB.....	95
5.2	Sujeito ativo.....	96
5.2.1	Agentes públicos	96
5.2.1.1	Agentes políticos.....	103
5.2.1.2	Agentes parlamentares e inviolabilidade.....	109
5.2.1.3	Magistrados e membros do Ministério Público	111
5.2.1.4	Árbitros.....	113
5.2.2	Terceiros.....	114
5.2.2.1	Elemento subjetivo da conduta de terceiros.....	118
5.2.2.2	Pessoas jurídicas	119
5.2.2.2.1	Responsabilidade dos sócios, cotistas, diretores e colaboradores da pessoa jurídica de direito privado.....	126
5.2.2.2.2	Aplicação subsidiária da LIA às pessoas jurídicas de direito privado.....	130
6.	ELEMENTO SUBJETIVO DA CONDUTA ÍMPROBA	136
6.1	Dolo específico?.....	141
6.2	Tipo subjetivo dos atos ofensivos aos princípios da administração pública.....	144
6.3	O alcance da norma de extensão prevista no artigo 11, § 2º, da LIA	148
7.	A VEDAÇÃO DA IMPROBIDADE DE HERMENÊUTICA	154
8.	MODALIDADES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	157
8.1	Enriquecimento ilícito	160
8.1.1	Introdução.....	160
8.1.2	Elementos essenciais	162
8.1.3	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 9.º	163

8.1.3.1	Recebimento de vantagem econômica indevida para amparar interesse alheio.....	164
8.1.3.2	Percepção de vantagem econômica para facilitar negócio com sobrepreço.....	166
8.1.3.3	Percepção de vantagem econômica para facilitar negócio por preço inferior ao de mercado.....	167
8.1.3.4	Utilização de bens públicos ou de mão de obra de servidor em obra ou serviço particular	168
8.1.3.5	Recebimento ou aceitação de promessa de vantagem econômica para tolerar atividade ilícita.....	168
8.1.3.6	Recebimento de vantagem econômica por fazer declaração falsa.....	169
8.1.3.7	Aquisição de bens cujo valor seja desproporcional à evolução patrimonial ou à renda	170
8.1.3.8	Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado.....	179
8.1.3.9	Intermediação para liberação ou aplicação de verba pública	180
8.1.3.10	Recebimento de vantagem para omitir ato de ofício.....	181
8.1.3.11	Incorporação de bens ou valores públicos.....	181
8.1.3.12	Utilização de bens ou valores públicos para fins particulares	182
8.2	Atos lesivos ao erário	183
8.2.1	Introdução.....	183
8.2.2	Elementos essenciais	187
8.2.3	Princípio da insignificância: inadmissibilidade	193
8.2.4	Condutas específicas elencadas exemplificativamente no art. 10.....	196
8.2.4.1	Facilitação para incorporação de bens ou valores públicos ao patrimônio particular	196
8.2.4.2	Permitir ou concorrer para o uso ilegal de bens ou valores públicos	197
8.2.4.3	Doação ilegal de bens ou valores públicos	198
8.2.4.4	Favorecimento de negócios por preço inferior ao de mercado.....	200
8.2.4.5	Favorecimento de negócios por sobrepreço	201
8.2.4.6	Realização de operação financeira ilegal ou aceitação de garantia insuficiente ou inidônea	201

8.2.4.7	Concessão ilegal de benefício administrativo ou fiscal	203
8.2.4.8	Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente	205
8.2.4.8.1	Frustrar a licitude de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos ou dispensá-lo indevidamente	215
8.2.4.9	Ordenar ou permitir a realização de despesas ilegais	217
8.2.4.10	Ilícitude na arrecadação de receita e na conservação do patrimônio público	218
8.2.4.11	Liberação ou aplicação irregular de verba pública	219
8.2.4.12	Favorecer o enriquecimento ilícito de terceiro ...	220
8.2.4.13	Permitir a utilização de bens públicos ou de mão de obra de servidor em obra ou serviço particular	221
8.2.4.14	Celebrar indevidamente contrato sobre prestação de serviços públicos por meio de gestão associada	222
8.2.4.15	Celebrar indevidamente contrato de rateio de consórcio público	223
8.2.4.16	Facilitação para incorporação, ao patrimônio particular, de bens ou valores públicos transferidos pela Administração Pública a entidade privada mediante celebração de parcerias	223
8.2.4.17	Permitir ou concorrer para o uso ilegal de bens ou valores públicos transferidos pela Administração Pública a entidade privada mediante celebração de parcerias	224
8.2.4.18	Celebrar indevidamente parcerias da Administração Pública com entidades privadas	224
8.2.4.19	Ilícitude na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas	225
8.2.4.20	Liberação ou aplicação irregular de recursos de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas	226
8.2.4.21	Concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário	227

	8.2.4.22	Inobservância de formalidades legais ou regulamentares e ausência de perda patrimonial efetiva (art. 10, § 1º).....	230
	8.2.4.23	Perda patrimonial e atividade econômica (art. 10, § 2º).....	231
	8.2.5	Tema 309 do STF: inconstitucionalidade da improbidade culposa.....	232
8.3		Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública ...	235
	8.3.1	Introdução.....	235
	8.3.2	Norma residual ou de aplicação subsidiária.....	238
	8.3.3	Elementos essenciais	242
	8.3.4	Condutas específicas elencadas taxativamente no art.11 ...	245
	8.3.4.1	Desvio de finalidade: a invalidade da revogação do inciso.....	245
	8.3.4.2	Retardar ou deixar de praticar ato de ofício.....	250
	8.3.4.3	Violação de sigilo funcional.....	250
	8.3.4.4	Negar publicidade aos atos oficiais.....	252
	8.3.4.5	Frustrar a licitude de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório....	254
	8.3.4.6	Omissão na prestação de contas.....	259
	8.3.4.7	Divulgação indevida de medida política ou econômica	260
	8.3.4.8	Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.....	261
	8.3.4.9	Deixar de cumprir a exigência dos requisitos de acessibilidade.....	262
	8.3.4.10	Transferir recursos a entidade privada, em razão da prestação de serviço público de saúde, sem a prévia celebração de contrato ou convênio.....	262
	8.3.4.11	Vedação ao nepotismo.....	263
	8.3.4.12	Publicidade institucional com promoção pessoal.....	266
	8.3.5	Insuficiência da alegação genérica de ofensa aos princípios da administração pública (art. 11, § 3º)	268
	8.3.6	Lesividade relevante ao bem jurídico (art. 11, §4º).....	269
8.4		Outras figuras de improbidade administrativa.....	271
	8.4.1	Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).....	275
	8.4.2	Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997)	277
	8.4.3	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	279

8.4.4	Lei de Conflito de Interesses (Lei 12.813/2013).....	280
8.4.5	Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010)	282
8.4.5.1	Rejeição de contas por irregularidade insa- nável e que configure ato doloso de improbi- dade administrativa	282
8.4.5.2	Condenação pela prática de atos dolosos de improbidade administrativa	284
9.	SANÇÕES.....	286
9.1	Previsão normativa.....	286
9.2	Correspondência com os tipos de improbidade.....	287
9.2.1	Análise da validade da restrição prevista no art. 12, III, da LIA	289
9.3	Espécies.....	291
9.3.1	Perdas de bens e valores.....	291
9.3.2	Ressarcimento integral do dano	292
9.3.2.1	A questão do dano moral coletivo.....	297
9.3.3	Perda da função pública	301
9.3.3.1	Aplicabilidade da sanção de perda da função aos aposentados	302
9.3.3.2	Aplicabilidade da sanção de perda da função aos agentes políticos	305
9.3.3.3	Aplicabilidade da sanção sobre qualquer função pública exercida pelo agente ímprobo ao tempo do trânsito em julgado da decisão condenatória	308
9.3.4	Suspensão dos direitos políticos.....	313
9.3.4.1	Detração da pena de suspensão dos direitos políticos	315
9.3.5	Multa civil.....	317
9.3.5.1	Majoração da multa até o dobro	319
9.3.6	Proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios.....	320
9.4	Aplicação das sanções.....	321
9.4.1	Juízo de improbidade da conduta e juízo de aplicação da sanção	322
9.4.2	Parâmetros para a aplicação das sanções.....	323
9.4.3	Preservação da pessoa jurídica infratora (art. 12, § 3º)	325
9.4.4	Atos de improbidade administrativa de menor potencial ofensivo (art. 12, § 5º)	328
9.4.5	Aplicação cumulativa das sanções: princípios da pro- porcionalidade e razoabilidade.....	328

9.4.6	Unificação das sanções (art. 18-A).....	330
9.4.6.1	Unificação em caso de continuidade de ilícitos (art. 18-A, I).....	332
9.4.6.2	Unificação das sanções em caso de pluralidade de ilícitos (art. 18-A, II)	337
9.4.6.3	Teto resultante da unificação (art. 18-A, parágrafo único).....	337
9.4.7	Pode o juiz aplicar sanções não pedidas pelo autor?	338
9.4.8	Cabe condenação apenas à reparação do dano ao erário?.....	339
9.4.9	Conflito aparente de normas e aplicação das sanções	340
10.	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	341
11.	TUTELAS PROVISÓRIAS NA LEI 8.429/1992.....	344
11.1	Indisponibilidade de bens	349
11.1.1	Introdução.....	349
11.1.2	Hipóteses de cabimento	354
11.1.3	Pressupostos	359
11.1.4	Limites materiais	361
11.1.5	Cálculo do valor da indisponibilidade	364
11.1.6	Indisponibilidade de bens de terceiros	366
11.1.7	Ordem de prioridade	367
11.1.8	Indisponibilidade de bens e pragmatismo jurídico	371
11.1.9	Indisponibilidade de bens e direito intertemporal	372
11.2	Afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função	374
12.	AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	380
12.1	Nomenclatura	380
12.2	Competência.....	380
12.2.1	Competência de jurisdição	381
12.2.2	Competência de foro	383
12.2.3	Prevenção do juízo.....	384
12.2.4	Incorporação ao patrimônio municipal de verba recebida da União	385
12.2.5	Malversação ou desvio de verbas públicas oriundas do FUNDEB.....	389
12.2.6	Atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista federal	391
12.2.7	Prerrogativa de foro	395
12.3	Legitimação	404

12.3.1	Litisconsórcio passivo necessário.....	407
12.3.2	A posição processual da pessoa jurídica interessada	411
12.3.3	Sucessão processual no polo passivo.....	415
12.3.4	Responsabilidade sucessória em caso de alteração contratual e operações societárias.....	417
12.3.5	Legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar diretamente como parte em recursos submetidos a jul- gamento perante o STF e o STJ.....	418
12.4	Procedimento	420
12.4.1	Petição Inicial	421
12.4.1.1	Rejeição liminar da petição inicial	423
12.4.2	Pedido	425
12.4.2.1	Vedação de outros pedidos (art. 17-D)	426
12.4.3	Citação e defesa do réu.....	433
12.4.4	Réplica.....	435
12.4.5	Providências preliminares	436
12.4.6	Decisão de saneamento e organização do processo	438
12.4.6.1	O princípio da congruência nas ações de im- probidade administrativa.....	439
12.4.7	Especificação das provas	443
12.4.8	Ônus da prova	445
12.4.9	Procedimento probatório	448
12.4.9.1	Interrogatório do réu	450
12.4.10	Desconsideração da personalidade jurídica	452
12.4.11	Conversão em ação civil pública	455
12.4.12	Multiplicidade de ações e conflito de atribuições	459
12.5	Sentença	460
12.5.1	Introdução.....	460
12.5.2	Requisitos da sentença na ação de improbidade admi- nistrativa	461
12.5.3	Pluralidade de agentes e solidariedade (§ 2º do art. 17-C).....	467
12.5.4	Reparação do dano e reversão dos bens ilicitamente obtidos.....	468
12.5.5	Sentença e encargos financeiros do processo	471
12.6	Apelação	472
12.7	Reexame necessário	473
12.8	Atuação da advocacia pública	475
12.9	Agravo de instrumento.....	476
12.10	Independência das instâncias	476
12.10.1	Introdução.....	476

12.10.2	Órgãos de controle interno e externo	478
12.10.3	Comunicabilidade entre as instâncias (art. 21, § 3º)	479
12.10.3.1	Ampliação das hipóteses de comunicabilidade entre as instâncias (art. 21, § 4º)	481
12.10.3.2	Sentença de improcedência na esfera de improbidade administrativa e seus efeitos na ação penal	484
12.10.4	Compensação de sanções (art. 21, § 5º)	486
12.11	Coisa Julgada	488
12.12	Liquidação e execução	490
13.	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL	491
13.1	Autocomposição na esfera de improbidade administrativa	491
13.2	Conceito	498
13.2.1	Consensualidade de colaboração na defesa da probidade administrativa e a Resolução CNMP n. 306/2025	501
13.3	Natureza jurídica	503
13.3.1	Resolução CNMP n. 306/2025: os limites do controle da decisão do promotor natural de não celebrar o ANPC	505
13.4	Legitimidade ativa para o acordo	510
13.5	Requisitos específicos do ANPC	511
13.5.1	Reparação integral do dano e reversão da vantagem indevida obtida	511
13.5.1.1	Acordo subjetivamente parcial para fins de reparação de danos	513
13.5.2	Oitiva do ente lesado	515
13.5.3	Aprovação do órgão de revisão ministerial em caso de ANPC extrajudicial	517
13.5.4	Homologação judicial do acordo	518
13.5.5	Constatação, no caso concreto, de que a resolução consensual é mais vantajosa ao interesse público do que o ajuizamento da ação de improbidade administrativa ou seu prosseguimento	521
13.6	Sanções que podem ser convencionadas	524
13.6.1	Suspensão dos direitos políticos e a irrenunciabilidade dos direitos fundamentais	528
13.7	O acordo de não persecução cível e a hipótese de inelegibilidade prevista no artigo 1º, inciso I, "I", da LC 64/1990: incompatibilidade?	532
13.8	O acordo de não persecução civil e a Lei 12.846/2013	536
13.9	Outras obrigações que podem ser pactuadas	539
13.9.1	Convenções processuais	541

13.10	Momento para a celebração do acordo	542
13.11	Defesa técnica	543
13.12	Efetivação e descumprimento do acordo	543
13.13	Utilização da colaboração premiada em ações de improbidade administrativa (Tema 1043 – STF)	545
13.13.1	O problema da ausência de regulamentação da consensualidade de colaboração no domínio da probidade administrativa	554
13.14	Procedimento de negociação: Resolução CNMP n. 306/2025	556
14.	PRESCRIÇÃO	558
14.1	Termo inicial	559
14.2	Causas suspensivas da prescrição	561
14.3	Prazos para a conclusão do inquérito civil e para a propositura da ação de improbidade administrativa	562
14.4	Causas interruptivas da prescrição	568
14.5	Prescrição intercorrente	569
14.5.1	Prescrição intercorrente na fase de cumprimento da sentença?	574
14.6	Comunicabilidade das causas suspensivas e interruptivas da prescrição	575
14.7	Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário	575
14.8	Novo regime prescricional e aplicação da lei no tempo: Tema 1199 -STF	576
15.	CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E POR ATO QUE IMPLIQUE INELEGIBILIDADE	577

PARTE II

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

1.	INTRODUÇÃO	579
2.	NOÇÃO DE CORRUPÇÃO EMPRESARIAL	582
3.	APLICAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL NO TEMPO	585
4.	APLICAÇÃO DA LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL NO ESPAÇO	588
5.	OS BENS JURÍDICOS TUTELADOS PELA LAE	591
6.	SUJEITOS DO ATO LESIVO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	593

6.1	Sujeito passivo	593
6.2	Sujeito ativo.....	595
6.2.1	Pessoa jurídica de direito privado	596
6.2.2	Pessoas naturais: o art. 3º da LAE	600
7.	RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DA PESSOA JURÍDICA.....	604
7.1	Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica.....	604
7.2	Pressupostos para a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica.....	606
7.2.1	Subsunção da conduta na tipologia do artigo 5º da LAE... ..	607
7.2.2	Interesse ou benefício da pessoa jurídica, exclusivo ou não.....	607
7.2.3	Existência de algum vínculo entre o autor do ato lesivo e a pessoa jurídica beneficiada	608
7.3	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de seus dirigentes, administradores, empregados ou prepostos	611
7.4	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de agente de empresa terceirizada	613
7.5	Possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em caso de não identificação da pessoa natural infratora.....	614
7.6	Alterações contratuais e operações societárias	618
7.7	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas.....	620
8.	ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA	622
8.1	Noções introdutórias.....	622
8.2	Elemento subjetivo do ato lesivo	623
8.3	Atos lesivos elencados no artigo 5º	624
8.3.1	Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público (corrupção ativa)	625
8.3.2	Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos ..	628
8.3.3	Utilização de interposta pessoa	629
8.3.4	Atos lesivos referentes a licitações e contratos	631
8.3.5	Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.....	642
8.4	Atos lesivos tentados	643
8.5	Princípio da insignificância: inadmissibilidade	644
8.6	Necessidade de prova de dano ao erário.....	645
9.	RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	646

9.1	Noções introdutórias.....	646
9.2	Multa	650
9.2.1	Natureza jurídica	650
9.2.2	Base de cálculo da multa	651
9.2.3	Aplicação da pena de multa	653
9.2.4	Garantia de pagamento da multa	657
9.2.5	Cobrança da multa	657
9.2.6	Destinatários dos valores arrecadados	658
9.3	Publicação extraordinária da decisão condenatória	659
9.4	Aplicação das sanções	660
9.4.1	Parâmetros para a aplicação das sanções.....	661
9.4.2	Programas de <i>Compliance</i>	663
9.4.2.1	Regulamentação dos parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos de <i>compliance</i>	664
9.4.2.2	<i>Due Diligence</i> de integridade	667
9.4.2.3	<i>Compliance</i> na Nova Lei Geral de Licitações e Contratos	669
9.4.3	Prévia manifestação jurídica	670
9.5	Reparação integral do dano causado	671
9.6	Processo administrativo de responsabilização	672
9.6.1	Instauração	674
9.6.2	Competência.....	677
9.6.2.1	Delegação da competência	679
9.6.2.2	As competências da Controladoria-Geral da União	679
9.6.3	Instrução	680
9.6.4	Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo.....	681
9.6.5	O direito à defesa no processo administrativo	682
9.6.6	Prazo de conclusão	683
9.6.7	Julgamento	683
9.6.8	O processo administrativo de reparação do dano	685
9.6.9	Desconsideração da personalidade jurídica	686
9.6.9.1	Desconsideração na LAE.....	687
9.6.9.1.1	Hipóteses autorizadoras	688
9.6.9.1.2	Alcance subjetivo	689
9.6.9.1.3	Alcance objetivo	689
9.6.9.1.4	Desconsideração na esfera judicial.....	691
9.6.10	A comunicação ao Ministério Público	692
9.6.10.1	Momento da comunicação	694

9.7	Acordo de leniência.....	696
9.7.1	Competência para a celebração do acordo de leniência na LAE.....	699
9.7.2	A participação do Ministério Público na celebração dos acordos de leniência	699
9.7.2.1	A competência do Ministério Público para a celebração do acordo de leniência no âmbito da LAE.....	703
9.7.3	Condições e requisitos.....	705
9.7.4	Efeitos da celebração do acordo de leniência na LAE	707
9.7.4.1	Efeitos do acordo de leniência para o grupo econômico	710
9.7.4.2	Efeitos do acordo de leniência para a pessoa física infratora	710
9.7.5	Rejeição da proposta de acordo de leniência	712
9.7.6	Descumprimento do acordo de leniência.....	713
9.7.7	Ressarcimento do dano	714
9.7.8	Possibilidade de celebração de acordo de leniência em relação aos ilícitos previstos na Lei n. 14.133/2021 (Lei Geral de Licitações e Contratos)	715
10.	RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL	719
10.1	Noções introdutórias.....	719
10.2	Competência.....	720
10.2.1	Competência em caso de ato lesivo praticado no exterior	722
10.3	Legitimação	724
10.3.1	Legitimação ativa concorrente e disjuntiva	724
10.3.2	Legitimação ativa exclusiva do Ministério Público.....	727
10.3.3	Legitimação passiva.....	729
10.3.3.1	Litisconsórcio passivo necessário?	731
10.4	Providências cautelares: a indisponibilidade dos bens	732
10.4.1	Pressupostos	734
10.4.2	Alcance.....	736
10.5	Pedido	736
10.6	Procedimento	738
10.7	Sentença	739
10.7.1	Correlação entre pedido e sentença	740
10.8	Sanções civis	744
10.8.1	Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé (art. 19, I)	744

10.8.2	Suspensão ou interdição parcial da atividade (art. 19, II)	745
10.8.3	Dissolução compulsória (art. 19, III)	746
10.8.4	Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos (art. 19, IV).....	747
10.9	Aplicação das sanções.....	748
10.9.1	Juízo de ilicitude da conduta e juízo de aplicação da sanção	748
10.9.2	Parâmetros para aplicação das sanções.....	749
10.9.3	Aplicação cumulativa das sanções	749
10.9.4	Aplicação de sanções não pedidas pelo autor	750
10.10	Sanções da LAE diante de outras sanções previstas em outras normas.....	750
10.11	O diálogo entre a Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresa- rial) e a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).....	752
10.11.1	Acordo de não persecução cível: aplicação no domínio da LAE	757
10.12	Coisa julgada	764
10.13	Prescrição.....	764
10.13.1	Interrupção da prescrição	765
10.14	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	766
10.15	O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas	766
BIBLIOGRAFIA.....		767